



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 12, DE 13 DE MAIO DE 2025
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

1 Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e quatorze
2 minutos, realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação –
3 CNE, situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal, e,
4 virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Reunião Ordinária Pública do
5 Conselho Pleno – CP, com a presença dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari
6 (Presidente), Celso Niskier, Cleunice Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Gastão
7 Dias Vieira, Henrique Sartori de Almeida Prado, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt,
8 Leila Soares de Souza Perussolo, Luciane Bisognin Ceretta, Maria Paula Dallari Bucci, Mariana
9 Lúcia Agnese Costa e Rosa, Monica Sapucaia Machado, Otavio Luiz Rodrigues Jr. e Paulo
10 Fossatti, e a participação virtual dos Conselheiros André Guilherme Lemos Jorge, Heleno
11 Manoel Gomes de Araújo Filho, Ilona Maria Lustosa Becskházy Ferrão de Sousa, Israel Matos
12 Batista, Márcia Teixeira Sebastiani, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva e Mauro Luiz
13 Rabelo, registradas as ausências dos Conselheiros Givânia Maria da Silva, Ludhmila Abrahão
14 Hajjar e Marcus Vinicius David. O Presidente do CNE iniciou a Sessão dando as boas-vindas
15 a todos e indicou a pauta da presente Reunião. Em seguida, apresentou o senhor Armando
16 Amorim Simões, Secretário da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de
17 Ensino do Ministério da Educação – Sase/MEC, para apresentação do Plano Nacional de
18 Educação – PNE; informou que este Conselho instituiu uma Comissão Bicameral para tratar do
19 monitoramento do PNE, com o intuito de acompanhar o trabalho do CNE acerca do PNE e seu
20 Projeto de Lei – PL, que está em tramitação no Congresso Nacional, destacando que este tema
21 é objeto de contínua atenção, e que este Conselho está à disposição para providências e
22 articulações que se fizerem necessárias. O Secretário Armando Amorim Simões, com a palavra,
23 agradeceu a oportunidade e o convite, saudando a todos os presentes, e iniciou sua apresentação
24 ressaltando que o CNE é uma das instâncias previstas em lei como sendo responsável pelo
25 processo de acompanhamento e avaliação do atual PNE, e essa atividade se manteve no Projeto
26 de Lei nº 2.614, do ano de dois mil e vinte e quatro. Por conseguinte, considerou estar vinculado
27 ao artigo 214 da Constituição da República Federativa do Brasil de mil novecentos e oitenta e
28 oito, que trata dos dois de temas presentes na pauta do Congresso Nacional, quais sejam: o PNE
29 e o Sistema Nacional de Educação – SNE, e pretende-se, ainda neste ano, colocar em votação
30 os projetos que estão vinculados ao supracitado artigo. Salientou que trabalha com alguns
31 pressupostos em relação aos Planos Decenais de Educação, reconhece que são os planos que
32 definem as decisões da sociedade, que devem ser tomadas pelas políticas educacionais e pela
33 ação governamental, que se espera, no decorrer dos próximos dez anos, o enfrentamento dos
34 principais problemas e desafios da educação nacional, e que, para isso, são estabelecidos
35 objetivos, metas e estratégias. Destacou que o PL busca traduzir o sistema de governança do
36 PNE, compreender os entes federativos e outros atores responsáveis pela condição da política
37 educacional brasileira, uma vez que, com a aprovação do CNE, o sistema de governança seja
38 estabelecido também nos planos decenais dos estados e municípios. Apontou ter alta
39 expectativa para o quarto PNE, sendo que apenas os dois últimos são estabelecidos por lei, e
40 que este último apresenta um conjunto de diretrizes, objetivos, metas e várias estratégias.
41 Compartilhou que este PNE se baseou no reconhecimento do papel da avaliação do plano atual,
42 seja em relação aos seus resultados em alguma dimensão, o seu processo de implementação e
43 sobre o seu desenho e estrutura, para que se pudesse propor um conjunto de elementos básicos



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 12, DE 13 DE MAIO DE 2025
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

44 que se entende necessário a um plano de educação, que abranja o diagnóstico educacional,
45 compreensão de suas causas, objetivos, metas e estratégias, seu financiamento, governança e o
46 monitoramento e avaliação. Frisou que as conferências realizadas nos municípios e estados no
47 ano de dois mil e vinte e três, juntamente com a Conferência Nacional de Educação – Conae do
48 ano de dois mil e vinte e quatro, deram sólido embasamento para a confecção deste PL. Arguiu
49 que o grupo de trabalho formado no âmbito do Ministério da Educação – MEC, que juntamente
50 com várias entidades e órgão do Ministério, realizou mais de doze reuniões e oficinas ao longo
51 do ano de dois mil e vinte e três, e concluiu o documento que é o objeto de entrega desse grupo,
52 por meio de uma portaria ao Ministro de Estado de Educação Camilo Sobreira de Santana, com
53 diagnóstico da situação educacional e com proposições relacionadas aos objetivos, metas e
54 estratégias deste PNE. Lembrou que ocorreram outros eventos e encontros para tratar deste
55 tema, que convergiram em um documento final, utilizado como insumo pelo MEC para
56 elaboração da proposta do PL, encaminhado à Casa Civil e ao Congresso Nacional. Defendeu
57 que os dois objetos, o documento diagnóstico do PNE, que justifica e embasa o PL, composto
58 por quase trezentas páginas, possui a descrição dos problemas da educação nacional, com a
59 apresentação da análise, evidências e a proposição dos objetivos, metas e estratégias do PNE.
60 Esclareceu que a sua elaboração se deu por sistematização de problemas e levantamento de suas
61 causas, análise de causa e seleção de situações críticas. Declarou que existiu o cuidado de
62 apresentar, logo no segundo artigo, as definições do que trata como diretrizes, objetivos, metas
63 e estratégias neste plano. Comentou acerca das diretrizes a serem observadas no PNE e nos
64 planos decenais de educação, dos objetivos gerais da educação nacional. Destacou inovações
65 do novo PNE, como a maior ênfase na qualidade da educação e a aprendizagem com equidade,
66 que considerou pontos de grande importância para a realidade da educação brasileira, e
67 salientou haver metas específicas para cada uma das modalidades de ensino e grupos sociais, e
68 alterações para a educação integral, com a concepção integral da oferta curricular, ampliação
69 do financiamento, dentre outros aspectos. Informou que realizou encontros regionais para
70 discutir a estratégia para a elaboração dos planos estaduais, no intuito de facilitar a discussão
71 de como seria a agenda para a elaboração dos planos decenários dos estados e qual seria a
72 agenda para a cooperação com os municípios daquele estado, criando uma sinergia e
73 colaboração técnica mútua, além da realização de eventos formativos, em todos os estados, na
74 metodologia para elaboração de planos decenais, para que haja tempo de as equipes se
75 familiarizem com PL, façam o diagnóstico do seu estado e dos seus municípios em relação à
76 situação educacional e, a partir do processo de votação e aprovação do PNE e tenham condições
77 de trabalhar de elaborar seus planos. Indicou que foi criada a comissão especial da Câmara dos
78 Deputados, com a presidência da Deputada Tabata Claudia Amaral de Pontes, com a
79 expectativa de que seu relatório seja votado até o mês de setembro do corrente ano. Evidenciou
80 que tanto as emendas dos parlamentares como a apresentação de contribuições pelas entidades
81 serão avaliadas e acrescidas ao projeto, e que se espera que aprove o novo PNE ainda neste ano,
82 respeitadas as fases da tramitação no Congresso Nacional, o processo legislativo e o debate
83 público. Ao findar sua fala, informou reconhecer que o atual projeto faz avanços importantes,
84 pois identifica metas ainda por serem perseguidas e, ao mesmo tempo, novos desafios que
85 precisam ser enfrentados, e espera que o novo PNE seja mais efetivo e com melhor qualidade
86 possível para o Brasil, que oriente sob a égide de um sistema de governança efetivo, que



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 12, DE 13 DE MAIO DE 2025
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

87 promova políticas públicas mais efetivas e eficazes para o alcance das metas nele propostas, e
88 agradeceu novamente a oportunidade. O Presidente do CNE agradeceu sua presença e
89 explanação, e apresentou todos os Conselheiros, bem como o Secretário-Executivo Christy
90 Ganzert Gomes Pato, e passou a palavra para a senhora Roberta Valéria Guedes, do Fórum
91 Nacional da Educação – FNE que, com a palavra, saudou a todos os presentes, e iniciou sua
92 apresentação tratando do trabalho realizado pelo FNE a favor do PNE e do PL, bem como da
93 mobilização deste PNE, e contextualizou que o FNE é uma instância singular e permanente de
94 diálogo e de colaboração entre a sociedade civil e o estado brasileiro, que tem como principal
95 objetivo acompanhar e monitorar a avaliação das metas do PNE e como ele é colocado em
96 prática, ou seja, atuar como articulador entre os diferentes níveis de governo, seja o federal,
97 estadual ou municipal, e que tem trabalhado com as conferências e com o Conselho Nacional
98 dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conade, que visou participação representativa do
99 segmentos educacionais e dos setores da sociedade civil na elaboração desse de uma proposta
100 para o PNE. Endossou que o FNE disponibilizou em seu portal uma análise do que é
101 apresentado no PL, e fez breve análise dos eixos que o integram. Destacou ser imperativo
102 instituir o SNE e regulamentar essa cooperação federativa para a educação, embora essa
103 configuração não esteja abarcada no PL. Dividiu que o projeto de lei vincula-se reforçando as
104 diretrizes basilares para os planos decenais de educação, mas, contudo, é preciso deixar mais
105 evidente essa articulação com o SNE. Salientou que o FNE entende o Eixo dois de suma
106 importância, pois aborda a garantia do direito à educação de qualidade, o acesso, a permanência,
107 a conclusão de todos os níveis, etapas e modalidades, e que plano apresenta uma preocupação
108 com os prazos para universalização da pré-escola e o atendimento das creches, além de
109 relacionar a educação do campo, indígena e quilombola, e trata das políticas de educação
110 integral e o enfrentamento das desigualdades. Realçou entender que o PL apresenta avanços,
111 mas também alguns retrocessos em relação ao documento que foi construído no Conae de forma
112 democrática, e considera urgente a necessidade de uma política de educação integral e de
113 enfrentamento das desigualdades, para garantir o acesso, permanência e conclusão em todos os
114 níveis de modalidades. Acerca do Eixo três, que trata dos direitos humanos e da diversidade,
115 declara que o documento do PL traz a importância de uma educação pública democrática, laica
116 e de qualidade social, com equidade e justiça, e considera importante enfrentar os altos índices
117 de evasão escolar que ainda temos nos territórios de direito. Objetou que, no Eixo quatro, o PL
118 trouxe a importância da gestão democrática, da regulamentação, monitoramento e avaliação e
119 a participação dos processos decisórios, considerando ser necessário o fortalecimento dos
120 espaços participativos, como os grêmios estudantis, das associações de pais e mestres, entre
121 outros. Ponderou que a valorização dos profissionais da educação, que trata o Eixo cinco, é
122 ponto crucial, uma vez que a formação inicial e continuada, o piso salarial, a carreira e as
123 condições de trabalho dos profissionais da educação, entre outros, traz a realidade de que
124 precisamos da regulamentação da remuneração, da diminuição da relação de alunos por turma,
125 e que se não tratarmos com clareza e com objetividade estes pontos, teremos cada vez menos
126 profissionais. Evidenciou que o Eixo seis, que trata do financiamento público, o documento
127 destaca a necessidade de ampliar o investimento da educação em dez por cento do Produto
128 Interno Bruto – PIB ao final do decênio e implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ, e que
129 o FNE defende que é preciso ter metas claras de investimento público, mas também explicitar



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 12, DE 13 DE MAIO DE 2025
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

a fonte desses recursos, para assim proporcionar a implementação do CAQ e ter abertas as condições de alocar o financiamento a favor das políticas públicas. Realçou que o Eixo sete pode evoluir, no sentido de ter metas, estratégias e prazos determinados, no que se trata do desenvolvimento socioambiental sustentável, e ser uma construção e uma narrativa de defesa e de condições do desenvolvimento socioambiental sustentável da educação no nosso país. Arrazou recomendações do FNE acerca do sistema nacional de ensino para cada Eixo, exemplificando cada um dos pontos descritos em sua apresentação, que foi compartilhada com todos os Conselheiros. Por fim, declarou que o FNE acredita no CNE e no MEC, uma vez que que só se constrói uma educação de qualidade social com a participação de toda a sociedade, e colocou o FNE à disposição do CNE e de toda a sociedade civil, agradecendo a oportunidade. O Presidente do CNE, então, passou a palavra aos Conselheiros Elizabeth Regina Nunes Guedes, Cleunice Matos Rehem, Leila Soares de Souza Perussolo, Paulo Fossatti, Maria Paula Dallari Bucci, Monica Sapucaia Machado e Israel Matos Batista, que, juntamente com o Presidente Antonio Cesar Russi Callegari, que apresentou a senhora Maria Selma Moraes Rocha da Sase/MEC, teceram suas considerações e questionamentos a respeito dos temas e foram respondidos prontamente pelos convidados. O Presidente do CNE agradeceu novamente a presença, a apresentação dos convidados e a participação dos Conselheiros. Encerrada a primeira parte da Reunião, passou-se à aprovação das Atas das Reuniões, quais sejam: Ata das Comissões nº 6, de dez de março do ano de dois mil e vinte e cinco, e a Ata do Conselho Pleno nº 10, de oito de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Em continuidade à Reunião, o Presidente do CNE fez saber de três indicações recebidas pela Presidência do CNE em uma devolutiva do MEC, sendo a primeira se tratar da revisão do atual Regimento Interno do CNE que, para tanto, o Presidente do CNE sugeriu a criação de uma Comissão Bicameral para tratar do tema, composta por todos os Conselheiros, tendo como Presidente o Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari e, como Relatores, os Presidentes da Câmara de Educação Superior – CES e da Câmara de Educação Básica – CEB, propondo ainda que este texto seja aprovado no próximo mês de agosto. Após a manifestação dos Conselheiros Henrique Sartori de Almeida Prado, Celso Niskier, Monica Sapucaia Machado e Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, a proposta foi aprovada. Como segunda indicação, o Presidente do CNE passou a palavra para a Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani, que sugeriu a criação de um grupo de trabalho para tratar do acompanhamento da Resolução CNE/CP nº 4, de vinte e nove de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, e, para tanto, apresentou justificativas para este projeto. Os Conselheiros Celso Niskier, Maria Paula Dallari Bucci, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Monica Sapucaia Machado, Israel Matos Batista, Cleunice Matos Rehem e Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva expressaram opiniões acerca do tema e foram respondidos prontamente. O Presidente do CNE, com a palavra, sugeriu que o tema seja pautado na próxima reunião do CP. Por fim, a última indicação trata-se da proposta dos Conselheiros Celso Niskier e Paulo Fossatti acerca da criação de uma comissão bicameral para tratar da ciência, tecnologia e inovação. O Conselheiro Paulo Fossatti, com a palavra, defendeu pontos que considera urgentes para os trabalhos que poderão ser desenvolvidos pela comissão, corroborado pela fala do Conselheiro Celso Niskier. Os Conselheiros Maria Paula Dallari Bucci, Cleunice Matos Rehem, Henrique Sartori de Almeida Prado, Antonio Cesar Russi Callegari, Celso Niskier, Paulo Fossatti, Mauro Luiz Rabelo, Israel Matos Batista e Monica



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO
ATA Nº 12, DE 13 DE MAIO DE 2025
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

Sapucaia Machado teceram manifestações acerca do assunto proposto. Em deliberação aberta pelo Presidente do CNE, a proposta da criação da Comissão foi aprovada. Ainda com a palavra, o Presidente do CNE informou que tem encontrado dificuldades em realizar a Reunião Itinerante prevista para o mês de junho e que, apesar dos esforços dedicados, o fator orçamentário é limitado, e propôs que a Reunião seja postergada, para que seja realizada com plena estrutura. Informou também que a realização dessas reuniões fora da sede do CNE necessita possuir uma pauta justa e relevante para a sua realização, para que aconteçam com todo o cuidado que o CNE e a sociedade merecem. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes, com a palavra, alertou os demais quanto ao fato de que a realização de uma reunião itinerante no estado do Rio de Janeiro pode ser onerosa, considerando o orçamento disponibilizado para cada Conselheiro. O Secretário-Executivo Christy Ganzert Gomes Pato, por sua vez, alertou que se busca custear a reunião itinerante com o orçamento do MEC, e que os itens de custo estão em modelação em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco via contrato. Uma vez com a palavra, o Presidente do CNE complementou que procura-se reunir as condições para que se realize e tenham continuidade na prática de reuniões itinerantes, ressaltando a importância em construir uma pauta que a justifique, como por exemplo a pauta sugerida pela CEB acerca da preservação dos duzentos dias letivos em áreas de conflagração, mas por uma série de questões políticas e de entendimento das esferas de governo do Rio de Janeiro, criou-se uma situação que contraindicava a tratativa deste tema em uma reunião do CNE. O Secretário-Executivo do CNE, com a palavra, atualizou a todos acerca da reforma do prédio do CNE. O Presidente do CNE, ao retomar a palavra, realizou a distribuição do Processo SEI nº 23001.000110/2022-81. Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Assunto: Reexame do Parecer CNE/CP nº 19, de 7 de julho de 2022, que tratou do aproveitamento, em Cursos de Graduação, de saberes, conhecimentos e competências constituídas em diferentes situações, formais e não formais, inclusive no trabalho. Conselheiro Relator: André Guilherme Lemos Jorge. Em continuidade à Sessão, efetuou-se o relato dos pareceres: 1) e-MEC nº 202204187. Interessado: Centro de Idiomas, Ensino Técnico, Treinamento e Pesquisa do Nordeste-Cietep ME. Assunto: Recurso do Parecer CNE/CES nº 67/2025, que tratou do credenciamento da Faculdade Philum Uniph, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relatora: Ludhmila Abrahão Hajjar. Decisão do Conselho Pleno: Retirado de Pauta; 2) e-MEC nº 202123436. Interessado: Instituto Ciência, Cidadania e Constituição. Assunto: Reexame do Parecer CNE/CP nº 17/2024, que tratou do recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 893/2023, que tratou do credenciamento da Faculdade Paranaense de Direito (FPD). Relatora: Elizabeth Regina Nunes Guedes. Decisão do Conselho Pleno: Retirado de Pauta; 3) e-MEC nº 201716542. Interessado: Instituto de Educação Superior Horizonte Ltda. Assunto: Recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 595/2024, que tratou do credenciamento da Faculdade Horizonte, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relatora: Maria Paula Dallari Bucci. Parecer CNE/CP nº 14/2025. Voto da Relatora: Indeferido. Decisão do Conselho Pleno: Aprovado por unanimidade; 4) e-MEC nº 202224408. Interessado: H&M Turismo e Educação Ltda. Assunto: Recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 788/2024, que tratou do credenciamento da Faculdade Emeritus, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relator: Antonio Cesar Russi Callegari. Parecer CNE/CP nº 15/2025.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 12, DE 13 DE MAIO DE 2025
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

216 Voto do Relator: Indeferido. Decisão do Conselho Pleno: Aprovado por unanimidade. Sem
217 outras manifestações, a Sessão foi encerrada às treze horas e quarenta e cinco minutos, e para
218 constar, eu, Antonio Alberto Brunetta, lavrei esta ata, que uma vez aprovada, será assinada
219 eletronicamente por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro
220 Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, treze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.